

Como ficará a economia do estado em 2017?

Esse é o grande ponto e o que motivou propor um conjunto de ações. Vamos tentar investir. O Estado não pode mais chegar ao final do mês só com recursos para pagar a folha e a dívida. É necessário investir. Esse foi o grande motivador para esse objetivo principal. Ter recursos para investir vai fazer a economia crescer e gerar empregos. Há também um suporte para o setor privado voltar com tudo também.

A senhora acha que a PEC do Teto de Gastos veio em uma hora boa?

Veio sim. Na verdade, a crise foi tão violenta que ela acabou aprofundando os desequilíbrios. Eu falo com bastante frequência que se a gente estivesse em uma situação onde a economia estivesse crescendo, e o cenário estivesse mais positivo e benigno, todos os ajustes que foram feitos poderiam ter sido realizados em uma dose muito menor, e, mais do que isso, não precisaria estender isso mais para frente. Só que quando

a gente olha a expectativa de crescimento zero, depois de 8% de queda, são dois anos de uma queda tão absurda, as medidas têm de ser mais duras, principalmente em comparação com uma situação mais benigna. Com a arrecadação e a economia crescendo, dá para fazer as coisas com mais gradualismo. Mas a situação como está, não dá para continuar. Por exemplo, olha a situação do Rio de Janeiro. Ele está como está porque não tomou medidas e a situação foi se agravando. Os economistas têm um termo que a gente usa muito: "contrafactual". Eles vivem fazendo as coisas e sempre falando: "e se tivéssemos feito de forma diferente? O que será que teria acontecido?". Nós estamos vivendo uma situação nos estados que é ideal para qualquer economista. O contrafactual está aí. Se o governador Marconi Perillo não tivesse tomado as medidas que ele tomou ou que teria acontecido? A gente não saberia? Claro que sim, a gente sabe, o mesmo que aconteceu com o Rio de Janeiro. Isto porque a crise veio, e é claro que os estados já vinham antes com uma trajetória de desequilíbrio com as despesas superando a receita. Então veio a crise em uma magnitude que ninguém esperava, onde, se não fosse feito uma correção de rota, haveria o caos. É só olhar os jornais para sabermos o que aconteceria.

Tem como a senhora fazer um balanço? Qual era o déficit anual quando a senhora chegou? E depois deste processo de dois anos, qual a perspectiva agora?

Desde quando eu cheguei, e este é o ponto principal, a situação veio se agravando por conta do agravamento da crise, gerando um desequilíbrio que todos os estados sofriam, que era um desequilíbrio

vindido de uma trajetória de despesas que vinham de uma taxa de crescimento muito maior que a trajetória de receitas. Quando eu cheguei em janeiro a primeira coisa que o governador me colocou foi o seguinte: "O secretário, eu já fiz uma reforma por que eu entendo que a gente está entrando em um período de crise, mas eu queria uma revisão geral do orçamento, e que a senhora me apresentasse um orçamento real". Isso basicamente por que a gente tinha que rever as receitas que estavam previstas no orçamento. O orçamento tinha uma previsão de receita que já se deslumbra o que poderia acontecer no amanhã. Então, o orçamento real foi feito na revisão das receitas e uma revisão das despesas no que os órgãos informam que iriam gastar naquele ano. Quando eu trouxe o orçamento para ele, quase caiu da cadeira, porque não era um orçamento real e sim um irreal que mostrava um déficit de 7 bilhões de reais, dentro de um orçamento de vinte e poucos bilhões de reais. Isso significa um pouco

mais de 30% de déficit. E exatamente a mesma situação que hoje o

“ Quando eu trouxe o orçamento para o governador, quase que ele caiu da cadeira, porque não era um orçamento real ”

Rio de Janeiro se encontra. Quando nos deparamos com esse número, ele olhou para isso e perguntou o que precisávamos fazer para evitar que o Estado não quebrasse. E não só isso. Naquele momento, nós não tínhamos a dimensão da crise que iria acontecer em 2015. Ninguém imaginava que o País iria retrair mais de 3,8%. A crise foi se agravando ao longo daquele ano. No primeiro momento já tomamos as primeiras medidas, como o corte do orçamento, o corte das cotas orçamentárias, e uma série de outras medidas que foram sendo tomadas ao longo daquele ano. Isso fez com que fechássemos um déficit, em que era esperado R\$ 7 bilhões, em R\$ 1,8 bilhão, lembrando que é o déficit orçamentário (o que falta na receita em relação a todas as despesas do estado, considerando inclusive o que resta a pagar), e o resultado primário próximo a R\$ 4 milhões, no final de 2015. Agora em 2016 a expectativa é de um superávit primário superior a R\$ 4 milhões, e do ponto de vista orçamentário a gente deve fechar com certa de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões de déficit.

Esse é o número comparado ao R\$ 1,8 bilhão do ano passado e R\$ 7 bilhões do começo do ano passado, então estamos falando de um reequilíbrio fiscal muito significativo. Não tenho dúvidas de que este é o reequilíbrio mais forte que será tido de todo o País.

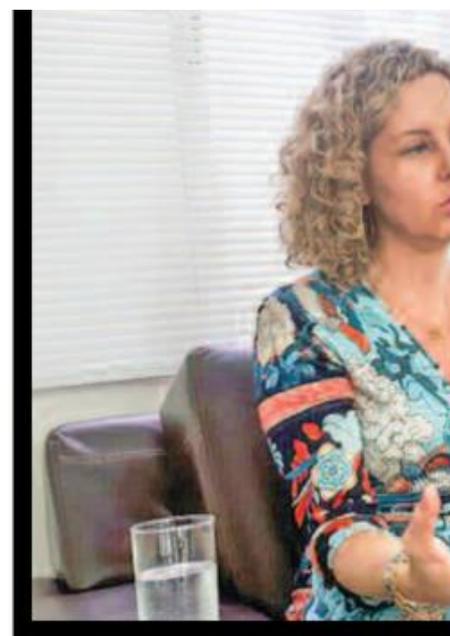
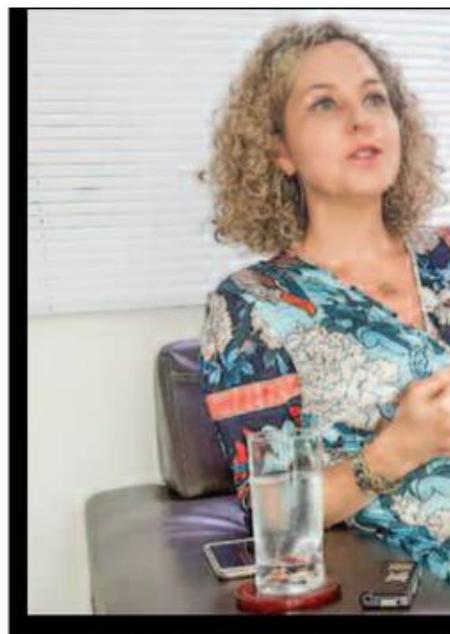
Qual seria então o impacto deste pacote de ajuste fiscal que tramita na Assembleia?

Em primeiro lugar, eu gosto de chamá-lo de programa e não pacote. Ele tem um caráter muito distinto de tudo que foi feito até agora. Até agora o que fizemos foi uma correção de rota. Diante da crise, nós precisávamos segurar as despesas para evitar uma situação como a do Rio de Janeiro. O que está sendo feito agora é um processo de consolidação deste movimento, que não tem mais como objetivo evitar o colapso e sim criar condições de investimento no estado e da normalização de todas as suas despesas. Anteriormente fizemos um controle das despesas e agora queremos que as despesas fiquem

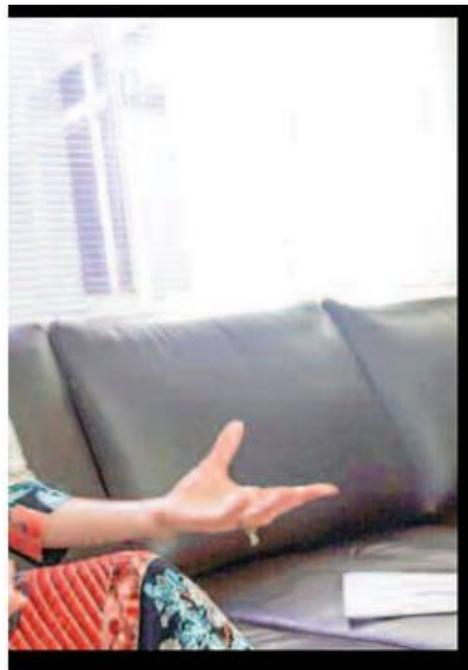
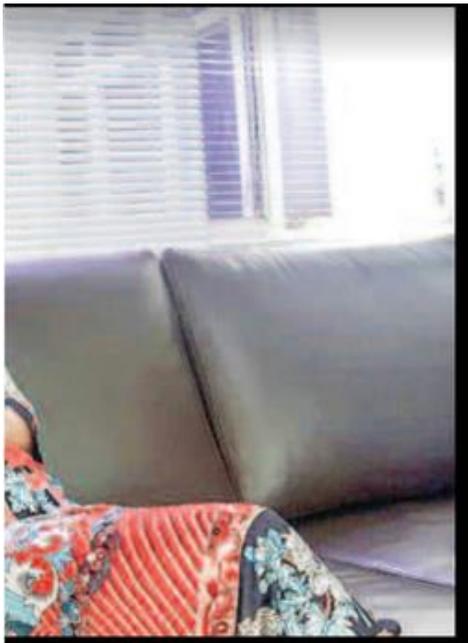
abaixo das receitas para que sobre recursos para investir, inclusive para pagar os passivos que foram acumulados nos anos de crise, que são importantes, fomentando o recurso para as empresas que têm hoje débitos para com o estado que remontam os anos de 2015 e 2016, e que elas precisam destes recursos também para conseguir investir nelas próprias e em seus investimentos. O Programa de Austeridade pelo Crescimento visa dar condições para a interação econômica para o estado de Goiás, tanto do ponto de vista do investimento público como do ponto de vista do investimento privado.

A oposição na Assembleia já esboça uma reação a este programa, apoiando alguns pontos, mas no que diz respeito ao funcionalismo ela se coloca contra. É possível que o governo reveja alguns destes pontos?

Sobre esta questão o governador vai definir um interlocutor. Como sempre, o governador está sempre aberto ao diálogo. É importante que se diga que aqui nós temos três pilares neste programa. O primeiro deles é manter o crescimento vegetativo da folha, porque ele tem, inclusive, impedido que o Estado pague a data-base, com forma de se dar um tratamento mais isonômico para o servidor público de uma maneira geral. Este primeiro pilar serve, inclusive, para que a gente consiga organizar. Olha, estamos em uma situação que é o seguinte: a folha do estado de Goiás cresceu 70% entre 2011 e 2015. Isso equivale a um crescimento real de 30%. Ao mesmo tempo o número de servidores não cresceu. Por outro lado, nós temos todas as outras categorias com pleitos legítimos, mas o Estado não tem condição de atender, por que há distorções em várias catego-



“ A expectativa é de um resultado primário próximo a R\$ 4 milhões, mas o déficit orçamentário deve ser de R\$ 300 milhões ”



Como ficará a economia do estado em 2017?

Esse é o grande ponto e o que motivou propor um conjunto de ações. Vamos tentar investir. O Estado não pode mais chegar ao final do mês só com recursos para pagar a folha e a dívida. É necessário investir. Esse foi o grande motivador para esse objetivo principal. Ter recursos para investir vai fazer a economia crescer e gerar empregos. Há também um suporte para o setor privado voltar com tudo também.

A senhora acha que a PEC do Teto de Gastos veio em uma hora boa?

Veio sim. Na verdade, a crise foi tão violenta que ela acabou aprofundando os desequilíbrios. Eu falo com bastante frequência que se a gente estivesse em uma situação onde a economia estivesse crescendo, e o cenário estivesse mais positivo e benigno, todos os ajustes que foram feitos poderiam ter sido realizados em uma dose muito menor, e, mais do que isso, não precisaria estender

isso mais para frente. Só que quando a gente olha a expectativa de crescimento zero, depois de 8% de queda, são dois anos de uma queda tão absurda, as medidas têm de ser mais duras, principalmente em comparação com uma situação mais benigna. Com a arrecadação e a economia crescendo, dá para fazer as coisas com mais gradualismo. Mas a situação como está, não dá para continuar. Por exemplo, olha a situação do Rio de Janeiro. Ele está como está porque não tomou medidas e a situação foi se agravando. Os economistas têm um termo que a gente usa muito: "contrafactual". Eles vivem fazendo as coisas e sempre falando: "e se tivéssemos feito de forma diferente? O que será que teria acontecido?". Nós estamos vivendo uma situação nos estados que é ideal para qualquer economista. O contrafactual está aí. Se o governador Marconi Perillo não tivesse tomado as medidas que ele tomou o que teria acontecido? A gente não saberia? Claro que sim, a gente sabe, o mesmo que aconteceu com o Rio de Janeiro. Isto porque a crise veio, e é claro que os estados já vinham antes com uma trajetória de desequilíbrio com as despesas superando a receita. Então veio a crise em uma magnitude que ninguém esperava, onde, se não fosse feito uma correção de rota, haveria o caos. É só olhar os jornais para sabermos o que aconteceria.

Tem como a senhora fazer um balanço? Qual era o déficit anual quando a senhora chegou? E depois deste processo de dois anos, qual a perspectiva agora?

Desde quando eu cheguei, e este é o ponto principal, a situação veio se agravando por conta do agravamento da crise, gerando um desequilíbrio que todos os estados sofriam, que era um desequilíbrio

vinde de uma trajetória de despesas que vinham de uma taxa de crescimento muito maior que a trajetória de receitas. Quando eu cheguei em janeiro a primeira coisa que o governador me colocou foi o seguinte: "Ó secretária, eu já fiz uma reforma por que eu entendo que a gente está entrando em um período de crise, mas eu queria uma revisão geral do orçamento, e que a senhora me apresentasse um orçamento real". Isso basicamente por que a gente tinha que rever as receitas que estavam previstas no orçamento. O orçamento real foi feito na revisão de receita que já se deslumbra o que poderia acontecer o amanhã. Então, o orçamento real foi feito na revisão das receitas e uma revisão das despesas no que os órgãos informam que iriam gastar naquele ano. Quando eu trouxe o orçamento para ele, quase caiu da cadeira, porque não era um orçamento real e sim um irreal que mostrava um déficit de 7 bilhões de reais, dentro de um orçamento de vinte e poucos bilhões

de reais. Isso significa um pouco mais de 30% de déficit. É exatamente a mesma situação que hoje o Rio de Janeiro se encontra. Quando nos deparamos com esse número,

“
Hoje Goiás tem um déficit de R\$ 150 milhões na Previdência do Estado, que é bancado pelo Tesouro
”

ele olhou para isso e perguntou o que precisávamos fazer para evitar que o Estado não quebrasse. E não só isso. Naquele momento, nós não tínhamos a dimensão da crise que iria acontecer em 2015. Ninguém imaginava que o País iria retrair mais de 3,8%. A crise foi se agravando ao longo daquele ano. No primeiro momento já tomamos as primeiras medidas, como o corte do orçamento, o corte das cotas orçamentárias, e uma série de outras medidas que foram sendo tomadas ao longo daquele ano. Isso fez com que fechássemos um déficit, em que era esperado R\$ 7 bilhões, em R\$ 1,8 bilhão, lembrando que é o déficit orçamentário (o que falta na receita em relação a todas as despesas do estado, considerando inclusive o que resta a pagar), e o resultado primário próximo a R\$ 4 milhões, no final de 2015. Agora em 2016 a expectativa é de um superávit primário superior a R\$ 4 milhões, e do ponto de vista orçamentário a gente deve fechar com certa de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões de déficit.

Esse é o número comparado ao R\$ 1,8 bilhão do ano passado e R\$ 7 bilhões do começo do ano passado, então estamos falando de um reequilíbrio fiscal muito significativo. Não tenho dúvidas de que este é o reequilíbrio mais forte que será tido de todo o País.

Qual seria então o impacto deste pacote de ajuste fiscal que tramita na Assembleia?

Em primeiro lugar, eu gosto de chamá-lo de programa e não pacote. Ele tem um caráter muito distinto de tudo que foi feito até agora. Até agora o que fizemos foi uma correção de rota. Diante da crise, nós precisávamos segurar as despesas para evitar uma situação como a do Rio de Janeiro. O que está sendo feito agora é um processo de consolidação deste movimento, que não tem mais como objetivo evitar o colapso e sim criar condições de investimento no estado e da normalização de todas as suas despesas. Anteriormente fizemos um controle das despesas e agora

queremos que as despesas fiquem abaixo das receitas para que sobre recursos para investir, inclusive para pagar os passivos que foram acumulados nos anos de crise, que são importantes, fomentando o recurso para as empresas que têm hoje débitos para com o estado que remontam os anos de 2015 e 2016, e que elas precisam destes recursos também para conseguir investir nelas próprias e em seus investimentos. O Programa de Austeridade pelo Crescimento visa dar condições para a interação econômica para o estado de Goiás, tanto do ponto de vista do investimento público como do ponto de vista do investimento privado.

A oposição na Assembleia já esboça uma reação a este programa, apoiando alguns pontos, mas no que diz respeito ao funcionalismo ela se coloca contra. É possível que o governo reveja alguns destes pontos?

Sobre esta questão o governador vai definir um interlocutor. Como sempre, o governador está sempre aberto ao diálogo. É importante que se diga que aqui nós temos três pilares neste programa. O primeiro deles é manter o crescimento vegetativo da folha, porque ele tem, inclusive, impedido que o Estado pague a data-base, com forma de se dar um tratamento mais isonômico para o servidor público de uma maneira geral. Este primeiro pilar serve, inclusive, para que a gente consiga organizar. Olha, estamos em uma situação que é o seguinte: a folha do estado de Goiás cresceu 70% entre 2011 e 2015. Isso equivale a um crescimento real de 30%. Ao mesmo tempo o número de servidores não cresceu. Por outro lado, nós temos todas as outras categorias com pleitos legítimos, mas o Estado não tem condição de atender, por que há distorções em várias catego-

“ **O secretário Joaquim Mesquita tem feito um trabalho absolutamente fantástico de mapear planos de cargos e salários** ”